

e a autonomia da autarquia.Com a palavra oPresidente do Instituto Rio Metrópole,**Sr. Bernardo Santoro**.Em relação a produção da água, gostaria de deixar claro que mesmo com eventual encerramento do mandato dos Prefeitos, estes foram fundamentais nessa discussão envolvendo a produção. Registrou que faz questão que os Prefeitos atuais sentem à mesa de negociações para tratar das questões envolvendo osroyalties para as cidades produtoras, sendo este um convite oficial do Instituto Rio Metrópole, que o faz para que o Sr. Mauro Cezar de Castro Soares represente o Instituto nesta comissão que irá discutir a distribuição dos royaltiespara os Municípios produtores. **Sr.Mauro Cezar de Castro Soares** agradeceu e, continuando, ponderou que o Marco Regulatório não prevê a atuação compartilhada com relação aosMunicípios, o que ressalta a importância da discussão sobre a autarquia municipal e é essa a soberania que está sendo defendida nessa oportunidade. Pediu a palavra o representante do BNDES, **Sr. Guilherme Albuquerque**, explicou sobre a operação assistida. Com a palavra **Sr. Claudio Dutra**, representante do Município do Rio de Janeiro, também Presidente da Fundação Rio-Águas, saudou a todos, esclareceu que a Procuradoria do Município já entrou com uma ação contra o projeto de concessão, mas o Município não é contra a concessão em si, mas a forma como está sendo feita. Entende que essas concessões podem ser feitas diretamente pelos Municípios, o que no seu entendimento tem respaldo no Novo Marco Regulatório. Destacou a existência da Ação de Inconstitucionalidade proposta em razão da Lei Complementar Estadual nº 184/2018.Por fim, destacou que, com relação a este ponto, o Município do Rio de Janeiro tem o seu Plano Municipal de Saneamento, está fazendo a revisão dele e em momento nenhum o Município foi procurado, ao contrário, o Município que buscou a intermediação junto ao BNDES. Em contraponto, destacou que concorda com o Prefeito do Rio, estamos no final de algumas gestões, inclusive do Rio de Janeiro, então entende que seria importante que essa reunião fosse feita depois, até mesmo para saber como eles se posicionam. No mais, fica consignado que a posição do Município do Rio de Janeiro está de acordo com o que o Prefeito Marcelo Crivella solicitou. Com a palavra o representante da Prefeitura de Petrópolis, Procurador Geral do Município, **Sr. Sebastião Medici**.Ponderou que Petrópolis é considerada autossuficiente, sendo plenamente atendida com água e esgoto, mas enquanto os Municípios estiverem inseridos no âmbito da Região Metropolitana a autonomia municipal fica limitada. O Prefeito de Cachoeiras de Macacu, **Sr. Mauro Soares**, pediu a palavra, disse que não deseja, nesta oportunidade, "emperrar o processo", o que reivindica são questões pontuais. A primeira delas que o Município é um produtor de água, a segunda é o Município ter uma autarquia, fatores que os deixa em posição diferenciada quanto aos demais, o que o BNDES diz? Que sorte terá a autarquia? Não é uma questão puramente técnica nem política, é questão de sobrevivência dos Municípios. Há de se levar em conta ainda o projeto de despoluição do Rio-Macacu, em torno de R\$ 50 milhões de reais que vai atender a quase 10 mil moradias.Com a palavra, **Sr. Bernardo Santoro**, reiterando, os frísou que royaltiesenvolvendo Cachoeiras de Macacu serão preservados, que será feito esse diálogo até o fechamento do contrato, o que não afeta essa modelagem em si. Esse compromisso com os Municípios produtores será honrado. A questão é análoga à situação da autarquia de Maricá, então ela será preservada da mesma maneira, tudo dentro dos limites e metas que o Novo Marco do Saneamento impõe. Por fim, em resposta ao Município do Rio de Janeiro, é importante deixar claro que a ADIN nº 1842/1013, dispõe claramente sobre a importância e a legalidade do Projeto Metropolitano enquanto base para execução do Projeto de Saneamento Metropolitano, sendo esta ADIN, inclusive, anterior ao Estatuto da Metrópole e anterior ao Marco do Saneamento. Por isso, juridicamente discorda do posicionamento esboçado pelo representante do Rio de Janeiro, já que o Marco do Saneamento fala sobre a competência da concessão de água e esgoto e prevê "Municípios" e em seguida "Região Metropolitana", explicitando claramente que a Região Metropolitana é poder concedente para o fim da outorga, desde que constituída nos termos da Lei Complementar, con-

forme prevê o art. 25 §3º da Constituição Federal, o que é exatamente o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, única região legalizada após a edição do Estatuto da Metrópole e do art. 25 §3º da Constituição Federal. No mais, quando essa questão foi levada ao Judiciário, tanto na esfera Estadual quanto Federal, as decisões foram sempre favoráveis à existência da Região Metropolitana e a sua faculdade de dispor desse direito, principalmente em razão da ADIN nº 1842/2013. Por fim, deixa claro que o Instituto Rio Metrópole está em diálogo permanente e à disposição do Município do Rio de Janeiro. Pediu a palavra o representante do Município de Maricá, **Miguel Freitas Cunha**, esclareceu que aprova os itens (d) e (e) da pauta, mas gostaria de registrar que protocolizou petição junto ao Instituto Rio Metrópole que traz temas que precisam ser discutidos posteriormente. No mais, destacou que, no que tange ao item (c), sua preocupação não é apenas com relação ao ressarcimento, mas também existe o interesse de fornecer o serviço aos municípios, o que pretende conversar com os membros posteriormente. Pediu a palavra **Sra. Wanessa Martinez**, Procuradora Geral Adjunta de Nova Iguaçu. Disse que, a sua orientação não é obstar o projeto, pelo contrário. Apresentou uma série de questionamentos no âmbito da consulta pública, por meio da Procuradoria do Município, acredita que todos tiveram acesso. A despeito de não ter recebido as respostas individuais de cada questionamento, pelo que entendeu isso seria feito, mas quando recebeu a documentação com a convocação desta reunião, reviu todos os documentos e verificou que, de fato, houve algumas alterações no edital, então, a despeito da inexistência de respostas individuais, notou que algumas sugestões foram acatadas, outras infelizmente não. Em relação ao objeto dessa deliberação que é a aprovação do Plano Metropolitano, a redação do dispositivo da Resolução submetido à votação estabelece a aprovação do Plano Metropolitano, então temos que nos debruçar sobre o plano metropolitano. O questionamento do Município de Nova Iguaçu, que é extremamente grande e mexeria com toda a parte econômico-financeira da concessão caso ele fosse acatado, é exatamente a questão da especificidade do Município de Nova Iguaçu, que é gigante geograficamente e populacionalmente e, portanto, tem 50% do território na região hidrográfica do Guandu e 50% do território na região hidrográfica da Baía de Guanabara. A despeito de tal fato, o Município de Nova Iguaçu foi contemplado como se isso não fosse uma realidade. Então é para deixar esse destaque, de fato, a despeito dessa realidade geoeconômica e financeira do Município de Nova Iguaçu, nós ainda estamos incluídos nas metas ordinárias, por assim dizer, que é a meta de 12 anos que, ainda bem que foi reduzida, inicialmente era de 18 anos. Obviamente isso se deu em razão do Novo Marco Regulatório do Saneamento, isso foi reduzido para 12 anos, menos mal, mas gostaríamos de alterar a modelagem do Projeto, porque, de fato, a carga de esgoto que o Município de Nova Iguaçu lança na Baía do Guandu, que fornece água para toda a Região Metropolitana, ela é gigantesca e nos primeiros 5 anos nós teremos coletores de tempo seco favorecendo a despoluição da Baía de Guanabara. Então acho que isso, do ponto de vista técnico, é um contrassenso, mas entendo que caso esse ponto venha a ser acatado, diante do porte do Município de Nova Iguaçu, isso acarretaria toda uma reformulação do planejamento econômico-financeiro da concessão. Então minha intenção não é não aprovar o Plano Regional Metropolitano, mas deixar isso em destaque, porque, de fato, um dos objetivos que é a universalização pode vir a ser prejudicado por conta desse potencial "nocivo" do Município de Nova Iguaçu, finalizou a Procuradora. Feitas as considerações, sem demais manifestações, o **Sr. Cláudio Castro** declarou o item (1.d) aprovado, com voto contrário apenas do Município do Rio de Janeiro. Passou análise do item (1.e), qual seja, aprovação das minutas dos instrumentos técnicos e jurídicos que compõem o projeto, quais sejam: resolução de delegação, edital de licitação e anexos, contrato de concessão e anexos, convênio de cooperação, contrato de gerenciamento, contrato de interdependência, contrato de produção de água e termo de rescisão dos contratos de programavigentes, seguidamente declarou que vota favorável e abriu para votação. Pediu a palavra o representante do

Município do Rio de Janeiro, **Sr. Claudio Dutra**, que vota contra a aprovação deste item, registrou que os documentos apresentados para votação neste item foram amplamente discutidos por iniciativa do Município do Rio e foi plenamente atendido pelo BNDES, que tecnicamente melhorou alguns pontos, mas o Prefeito entende que o Município do Rio de Janeiro tem condições de realizar sua própria concessão. Pediu a palavra **Sra.Wanessa Martinez**, Procuradora do Município de Nova Iguaçu, registrou que aprova o item, mas pede destaque para registrar que o item é muito abrangente, são muitos documentos, mas com relação a Resolução, tem destaques relacionados, que precisam ser considerados, evitando-se mais judicializações do projeto.Assim, a despeito de aprovar a resolução, apresentará destaques redacionais por e-mail. No mais, destaca ainda, que dos documentos analisados, não recebeu o parecer da Procuradoria Geral do Estado sobre o contrato de concessão e seus anexos, por isso acredita que ainda esteja pendente, o que impede o encerramento da fase interna. **Sr. Cláudio Castro** explicou que pode ter ocorrido algum equívoco que será sanado. Com a palavra, **Sr. Bernardo Santoro**, esclarecendo, disse que todos os atos do procedimento interno foram feitos, a Procuradora pode ficar tranquila quanto a isso, no mais, propõe ao Governador que essas minutas sejam aprovadas hoje, mas que a Procuradoria da Região Metropolitana fique desde já autorizada a fazer ajustes que não promovam alterações substanciais no que foi aprovado. Continuando, frisou que, se eventualmente alguma documentação não foi apreciada pela Procuradoria de Nova Iguaçu por falta do Instituto, isso vai ser sanado. Por fim, parabenizou a Procuradoria de Nova Iguaçu, que cedeu a Procuradora do Município, Dra. Patrícia, uma das melhores funcionárias do Instituto Rio Metrópole. Seguidamente, pediu a palavra o **Prefeito de Cachoeiras Macacu**, que disse não ter recebido a documentação encaminhada, razão pela qual se abstém da votação deste item. Sem demais manifestações, o **Presidente do Conselho Deliberativo** declarou o item (1.e) aprovado, com voto contrário apenas do Município do Rio de Janeiro e abstenção da Prefeitura de Cachoeiras de Macacu. Passou então ao item 2 da pauta, qual seja, ciência sobre a renúncia do Presidente do Conselho Consultivo da Região Metropolitana, deu então ciência aos membros do Conselho Deliberativo, agradeceu aos serviços prestador pelo Sr. Juarez Fialho e explicou que na próxima reunião já teremos um novo Presidente eleito. Passou ao item 3, aprovação de novos membros do Conselho Consultivo da Região Metropolitana de indicação direta do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e/ou Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Esclareceu que ninguém foi indicado, razão pela qual, se todos concordarem, esse ponto fica retirado de pauta, sem objeções, declarou retirado de pauta. Passou a análise do item 4, Deliberação sobre procedimento para indicações dos membros oriundos da sociedade civil que compõem o Conselho Consultivo da Região Metropolitana.Votou também pela retirada de pauta, devido a não apresentação de proposta pelo grupo de estudo criado pelo Conselho Consultivo em tempo hábil, sem objeções, retirado de pauta. Seguidamente, da análise do item 5, Aprovação dos nomes dos novos diretores do Instituto Rio Metrópole, passou a palavra ao **Sr. Bernardo Santoro**. Explicou que o currículo e o perfil dos Diretores estão de acordo com as previsões da Lei Complementar Estadual nº 184/2018. Seguidamente leu todos os currículos, bem como os exibiu em projeção na sala de reunião. São eles: Diretoria de Gestão Interna, Claudio Albuquerque de Oliveira; Diretoria de Planejamento e Projetos, Mauricio Knoploch; Diretoria de Desenvolvimento Metropolitano Integrado, Henrique Carlos Aires Mendes; Diretoria de Saneamento Metropolitano, Alexandre Aires Mendes; Diretoria de Mobilidade Metropolitana, Robson Pierri. Após a explanação, todos os nomes restaram aprovados por unanimidade pelos membros do Conselho Deliberativo. Com a palavra, **Sr. Cláudio Castro**, passou ao item (6), homenagem aos membros do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana. Agradeceu a todos pela parceria e pelo trabalho desempenhado por cada um, após homenagens, declarou encerrada a reunião às 11h53min.

Instituição	Nome	Presente	Ausente	Assinatura
Governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro	Cláudio Castro	X		
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro	Marcelo Bezerra Crivella, representado por Claudio Barcelos Dutra	X		
Prefeito de Belford Roxo	Wagner dos Santos Carneiro		X	
Prefeito de Cachoeiras de Macacu	Mauro Cezar de Castro Soares	X		
Prefeito de Duque de Caxias	Washington Reis de Oliveira	X		
Prefeito de Guapimirim	Jocelito Pereira de Oliveirarepresentado por Haroldo de Azevedo Pimentel	X		
Prefeito de Itaboraí	Sadinoel Oliveira Gomes Souza	X		
Prefeito de Itaguaí	Rubem Vieira de Souza (interino) representado por Fabio Tavares P. Fantanes	X (*)		
Prefeito em Exercício de Japeri	Cesar Melo		X	
Prefeito de Magé	Rafael Santos de Souza	X		
Prefeito de Maricá	Fabiano Taques Hortarepresentado por Miguel Freitas Cunha	X		
Prefeito de Mesquita	Jorge Lúcio Ferreira Miranda	X		
Prefeito de Nilópolis	Farid Abrão David		X	
Prefeito de Niterói	Rodrigo Neves		X	
Prefeito de Nova Iguaçu	Rogério Lisboa representado por Wanessa Martinez Vargas	X		
Prefeita de Paracambi	Lucimar Cristina da Silva Ferreira, representada por Ricardo Alexandre da Silva	X		
Prefeito de Petrópolis	Bernardo Rossi, representado por Sebastião Medici	X		
Prefeito de Queimados	Carlos de França Vilela representado por Jorge Santos do Nascimento Júnior	X		
Prefeito de Rio Bonito	José Luiz Alves Antunes		X	
Prefeito de São Gonçalo	José Luiz Nanci		X	
Prefeito de São João de Meriti	João Ferreira Neto, representado por Leandro Luiz Leitão dos Santos	X		
Prefeito de Seropédica	Anabal Barbosa de Souza		X	
Prefeito de Tanguá	Valber Luiz Marcelo de Carvalho		X	
Representante do Setor Empresarial do Conselho Consultivo da RMRJ	Hélio Cabral	X		
Representante de Órgãos de Classe, Academia e ONG do Conselho Consultivo da RMRJ	Dalle Anne Schmid do Amaral	X		
Representante de Segmentos Sociais do Conselho Consultivo da RMRJ	Paulo de Tarso	X		
Presidente em Exercício do Conselho Consultivo da RMRJ	Márcio Garcia	X		
Presidente do Instituto Rio Metrópole	Bernardo Santoro Pinto Machado	X		
Secretário da Casa Civil	Nicola Moreira Miccione	X		
Assessor da Casa Civil	Riley Rodrigues de Oliveira	X		
Presidente da CEDAE	Edes Fernandes de Oliveira	X		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Guilherme M Mendonça	X		